



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 07/14**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 25 DE  
NOVEMBRO DE 2014**

Aos vinte cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Miguel Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Fernando Manuel Catum Leiria, João Manuel Teles de Matos e Sérgio Miguel Pratas Duarte.

*Pelo Partido Socialista:*

Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares, Maria Amélia Martins Faria dos Santos e Manuel Carlos Bento Fradiano.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

Mário Luís Pintado Alves, Patrícia Pinto Felizes Figueira e Pedro Miguel Tarú Canteiro.

*Pelo Partido Social Democrata:*

Luiz Branco Batista.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

- Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, justificou a sua ausência por se encontrar de férias, assim como Ana Santos por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Henrique da Câmara.(Doc 1 e 2)

- António Joaquim Gomes Almeirim por motivo de saúde.

- João Manuel Nunes do Valle.

As justificações foram aceites por unanimidade.

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o Presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os Vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Jorge Manuel

Pereira Giro, Susana Isabel de Freitas Custódio, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento e Vasco André Marques Pinto.

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Presidente da Assembleia informou sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Sobre a correspondência recebida. (Doc 1)
- Relatório de Atividades do Presidente da Assembleia Municipal. (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

### **ATA**

**Ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento foi colocada à discussão a seguinte ata:**

*- Ata da sessão extraordinária realizada em 18 de julho 2014*

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor e 4 abstenções.

**Ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:**

- Fernando Leiria:

Solicitou esclarecimentos relativamente a uma carta recebida na Câmara e remetida pelo CDS-PP (Alcochete) na qual é feito um pedido de reunião urgente para que a banda da Sociedade Imparcial 15.1.1898 representasse Alcochete no desfile do 1.º de Dezembro, em Lisboa.

Na sua opinião, a forma utilizada, representa uma partidarização das Associações sem precedente no movimento associativo.

**Ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:**

- Iolanda Nunes, em nome do PS, apresentou uma proposta de moção sobre “Dia Internacional pela eliminação da violência contra as Mulheres”.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

- Patrícia Figueira, em nome do CDS-PP, apresentou uma proposta de moção sobre “Agradecer a verdadeira liberdade”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Paula Pereira:

Retorquiu, dizendo que “mais que agradecer a verdadeira liberdade”, deveria dizer-se “o verdadeiro anticomunismo”.

Mais disse, que na manifestação do dia de hoje, estiveram presentes milhares de trabalhadores que não têm medo de um Governo que todos os dias prefere aniquilar a classe trabalhadora.

- Luiz Batista:

Afirmou ser graças a Ramalho Eanes e Jaime Neves que a verdadeira democracia se instalou em Portugal, lamentando apenas que o texto não vinque posição em relação àquilo que foi o *Gonçalvismo* e o período entre o 11 de março e o 25 de novembro.

- Fernando Leiria:

Teceu comentários em relação aos militares que na altura estavam nos quartéis e não podiam falar e agora que podem só dizem disparates; há outros que não sabem nada de História e falam em unicidade sindical e fazem moções que são provocações. A verdade, é que os partidos de direita e de extrema direita parlamentar estão a levar o país a um descalabro.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 14 votos contra da CDU, 5 abstenções (4 do PS e 1 do CDS-PP) e 2 votos a favor (1 do PSD e 1 do CDS-PP).

- Pedro Canteiro, em nome do CDS-PP, apresentou uma proposta de moção sobre “25 anos da queda do Muro de Berlim”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Fernando Leiria:

Considerou ser mais uma provocação de quem não sabe nada de marxismo-leninismo e que ao inverter tudo têm posições de anticomunismo.

Frisou que o Muro de Berlim não era único. Outros existem como o que se encontra entre o México e os Estados Unidos da América e outro no Chipre, mas pelos vistos estes não contam para o CDS-PP.

Gostaria que as moções fossem divulgadas pela população, para que tivessem oportunidade de ver quem representa o CDS-PP na Assembleia Municipal, os quais se diziam independentes, mas que são afinal de direita reacionária.

- Miguel Boieiro:

Não comentou o texto, mas apelou a que todos lessem um texto, não sectário, de que ele é autor, escrito após ter visitado Berlim há relativamente pouco tempo, num encontro de Esperantistas.

- Presidente da Câmara:

Afirmou procurar ter uma visão ecuménica da História e da realidade, pelo que não comentou diretamente o teor da moção, apesar de a mesma lhe parecer ser claramente sectária. O PCP tem uma visão referente ao que se passou na ex-União Soviética que está vertida na Resolução de um Congresso realizado no passado.

Consideraria importante que a moção também referisse os outros *Muros*, nomeadamente o que existe entre o México e os EUA e entre a Palestina e Israel.

Lembrou que parece estar na moda, uma menção de suposta prática estalinista, de supressão de fotografias da História, como fez o CDS-PP ao suprimir das suas paredes a fotografia de Freitas do Amaral que foi um dos seus fundadores. Esta visão parcial retira mérito a quem proferiu a moção.

Submetida à votação, foi rejeitada com 14 votos contra da CDU, 1 abstenção do CDS-PP e 7 votos a favor (4 do PS, 2 do CDS-PP e 1 do PSD).

Paula Pereira fez declaração de voto em nome da CDU.

- Patrícia Figueira, em nome do CDS-PP, apresentou um Voto de Louvor pelo “66.º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete”.

Submetido à discussão, Paula Pereira da CDU, propôs as seguintes alterações:

- No 1.º e 7.º parágrafos onde se lê: “A bancada do CDS-PP” deverá ler-se “A Assembleia Municipal de Alcochete” e no 6.º parágrafo deverá ficar alterada a enumeração das entidades.

- Estêvão Boieiro, propôs a substituição de Município por Autarquias.

Patrícia Figueira em nome do CDS-PP aceitou apenas as duas últimas alterações.

- Presidente da Câmara:

Afirmou concordar inteiramente com o teor da moção, contudo, importa que se perceba que a Autoridade Nacional para a Proteção Civil concede um apoio financeiro anual aos Bombeiros de cerca de 57 mil euros. O esforço financeiro direto e indireto por parte da Câmara ascende a 90 mil euros. Só por isto, ficam demonstradas as discrepâncias daquele que é o apoio prestado pela Administração Central numa missão de socorro, que constitui uma função essencial do Estado. As competências das autarquias têm que ver somente com a proteção civil dos seus cidadãos.

Reiterou o que afirmou no discurso pela passagem do 60.º aniversário da Associação, dizendo que quando os Bombeiros pretenderem que esta situação de desresponsabilização do poder central termine, muito facilmente o conseguirão, ou seja, basta estarem unidos e entregarem todas as chaves ao senhor Ministro da Administração Interna, que é quem tutela esta área.

- Miguel Boieiro:

Na sua opinião, o voto apresentado tem um problema técnico, ou seja, não se entende se a bancada do CDS-PP para além de louvar e saudar, também quer que o mesmo seja votado. Era diferente se o texto referisse “A Assembleia Municipal” em vez de “o CDS-PP”, não tendo desta forma condições para o votar, caso o mesmo não seja alterado.

- Luiz Batista:

Discordou do senhor presidente da Câmara relativamente às competências da Câmara no serviço de proteção civil.

- Presidente da Câmara:

Reiterou o já anteriormente dito, reforçando uma vez mais que querer passar para os municípios um dever de financiamento dos Bombeiros, desresponsabilizando o Estado no seu dever primordial de contribuir efetivamente para a missão de socorro do país, é, em sua opinião, completamente inconcebível.

- Mário Alves:

Lamentou que nem numa moção de louvor se conseguisse encontrar consenso por causa da semântica, apelando a que as bancadas encontrassem forma de se poder louvar os Bombeiros.

- Paula Pereira:

Esclareceu que a bancada da CDU está de acordo com o voto de louvor, a partir do momento em que no texto seja substituído a expressão “o CDS-PP” por “a Assembleia Municipal”, senão mais fica a parecer um motivo de protagonismo que querem encontrar junto da Associação, como fizeram com a SIA, como se fossem os salvadores das coletividades do concelho de Alcochete.

- Fernando Leiria:

Salientou que os elementos da bancada do CDS-PP têm pouco tempo disto; eram independentes e ainda não têm traquejo, lembrando o texto apresentado anteriormente pelo PS que refere “a Assembleia Municipal” e não o “PS”.

- Estêvão Boieiro:

Informou que a Associação podia estar a receber mais verbas, caso preparasse nadadores salvadores.

Submetido à discussão e votação, o Voto de Louvor com as alterações aceites, foi aprovado por maioria, com 19 votos a favor (11 CDU, 4 PS, 3 CDS-PP, 1 PSD) e 3 abstenções da CDU (Miguel Boieiro, Rui Santa e Natacha Patinha).

- Fernando Leiria, apresentou em nome da CDU, uma Saudação sobre “Manifestação do 25 de Novembro”.

Após a leitura do documento, afirmou que a manifestação foi o culminar de uma série de manifestações a nível nacional. Apesar de haver muitas pessoas que não gostam de manifestações, a verdade é que vão ter que *levar com elas*, porque se o Orçamento do Estado for aprovado, a luta irá continuar até que o Governo vá para a rua.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (CDU e PS), 1 abstenção (Mário Alves-CDS-PP) e 3 votos contra (2 CDS-PP e 1 do PSD).

## **PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

- Vereadora Raquel Prazeres:

Em resposta esclareceu ter a Câmara recebido uma carta do CDS-PP de Alcochete, a solicitar entre outros assuntos, a viabilidade da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 poder participar nas comemorações do 1.º de Dezembro, através do apoio a prestar pelo município.

Afirmou estranhar este pedido, dado não ter entrado na Câmara nenhum pedido da Sociedade para o efeito, considerando até tratar-se de uma relação promíscua, quando um Partido vem defender os interesses duma coletividade.

Perante os factos, foi questionado o vereador do CDS-PP na reunião de Câmara, que não soube responder e foi remetido ofício e efetuado contacto telefónico no sentido de se tentar perceber junto da presidente da coletividade o porquê de ser necessário a Câmara ser auscultada por outros.

Mais disse, que a Câmara reconhece as dificuldades no cumprimento do pagamento de subsídios, mas isto não acontece só com a SIA.

Referiu outra situação insólita, que é a de a Câmara ter recebido um agradecimento por parte do Movimento 1.º Dezembro, pela participação da banda da SIA. Ora, como não sabe desta participação, não sabe o que responder.

- Vereador Vasco Pinto:

Retificou a afirmação da vereadora Raquel Prazeres, dizendo não ter afirmado que desconhecia a carta para participação da banda da SIA, mas sim o teor da reunião mantida entre a concelhia do CDS-PP e a SIA.

- Vereador Jorge Giro:

Entende que a promiscuidade política com Associações não é nova no concelho. Tudo começou com as Associações de Pais, mas estas terminaram mal e desta vez vai acontecer o mesmo.

Gostaria que os sócios da SIA tivessem conhecimento dos dois documentos (não que a Direção tenha culpa), mas para saberem os terrenos que estão a pisar, ou que certos Partidos Políticos estão a querer pisar.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**

Registou-se a intervenção do senhor Paulo Melo, que referiu querer a purificação de atos dizendo que falou bem o senhor presidente da Câmara sobre Hiroshima, mas na Ucrânia morreram 40 milhões em dois anos.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A Assembleia tomou conhecimento, não se tendo registado pedidos de informação ou esclarecimento.

#### **PONTO 2 – DESVINCULAÇÃO DO CONCELHO DE ALCOCHETE DA AGÊNCIA S. ENERGIA**

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereador Jorge Giro:

Informou que com a presente proposta a Câmara não pretende fechar a porta à Agência S. Energia, continuando não como sócia fundadora, mas sim noutra qualidade caso também interesse à Agência.

A saída, prende-se com dificuldades económicas da Câmara, dado que cada município fundador, mediante uma percentagem das verbas descentralizadas do Orçamento de Estado, é contribuinte para a quota, que no caso de Alcochete representa mais ou menos dois mil e novecentos euros mensais.



A Câmara sempre soube tirar o máximo proveito da Agência, mas também sabe ter a sua pegada energética, dando como exemplo os relógios astronômicos e a substituição da iluminação no Centro Histórico de Alcochete, entre outros.

- Patrícia Figueira:

Questionou se com a desvinculação, restará algum passivo que vá onerar.

- Luiz Batista:

Afirmou que a Câmara em termos concretos nunca cumpriu com as suas obrigações, dado ser devedora, apesar de beneficiar dos serviços.

Estranha esta posição, quando o novo Quadro de Fundos Comunitários, direciona uma grande fatia para estas áreas.

Considera ser necessário poupar mas não nesta matéria, dado considerar-se investimento. O concelho de Alcochete vai ficar prejudicado e vai pagar mais caro sair de membro fundador para membro ordinário.

- Iolanda Nunes:

Questionou se a Câmara terá que compensar a Agência em virtude da desvinculação.

- Vereador Jorge Giro:

Esclareceu que existe uma dívida assumida pela Câmara que está plasmada no PSF e irá ser paga de forma integral quando a situação estiver resolvida. Mais disse, que não há qualquer tipo de compensação a pagar à Agência.

Respondendo a Luiz Batista, afirmou ser mentira que a Câmara nunca tenha pago à Agência, dado terem sido pagos cerca de oitenta e cinco mil euros entre 2009 e 2014.

Lamentou que Luiz Batista demonstrasse não ter confiança nos técnicos e eleitos da Câmara para avançar com projetos europeus, já para não falar dos pareceres jurídicos que indicam à Câmara não haver nenhum problema.

- Presidente da Câmara:

Entende a razão pela qual Luiz Batista está a tomar as dores da Agência S. Energia, apesar de este saber que a Câmara tem que reduzir a sua despesa.

Como já referido, a Câmara apenas pretende prescindir da sua qualidade de membro fundador, não rejeitando contudo, que no futuro, possa colaborar com esta Agência ou outra, em aspetos concretos que vão no sentido da eficiência energética e da redução da pegada ecológica.

Salientou que com o investimento feito, a Câmara obteve algum retorno mas não o esperado.

Submetida á votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 voto contra (PSD).

### **PONTO 3 – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AIA – Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal**

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereador Jorge Giro:

Explicou em que consiste a Associação e como é constituída. Informou também que já foi feito o estudo integrado para que a empresa municipal saiba do seu caminho, tendo este já sido também traçado para ser presente a deliberação da Câmara e Assembleia Municipal.

Em 2015 pretende-se fazer o estudo de viabilidade económico financeira onde se irá identificar o custo da água por m<sup>3</sup> para os municípios dos oito municípios, sabendo-se contudo, que irá ser um custo mais baixo em relação ao praticado em média nos oito municípios.

O maior ênfase na alteração dos estatutos vai para o aumento de 0,7% para 0,15% indexado às verbas descentralizadas do Orçamento de Estado para as autarquias.

- Luiz Batista:

Estranha que a Câmara saia da Agência S. Energia por razões economicistas e depois de forma voluntária esteja disposta a gastar mais nesta.

- Vereador Jorge:

Também estranhou a posição de Luiz Batista porque este defende a privatização de tudo.

Submetida á votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção (PSD).

O Presidente da Assembleia Municipal propôs e foi aceite um intervalo de 7 minutos.

### **PONTO 4 – RETIFICAÇÃO AO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA CAF DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CONCELHO DE ALCOCHETE**

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Mário Alves:

Questionou quem faz a direção pedagógica do CAF e se há algum planeamento pedagógico e entre que entidades ou pessoas é feita a articulação das orientações preconizadas pela Câmara Municipal.

- Vereadora Susana Custódio:

Informou que a supervisão pedagógica é feita pelas coordenadoras de cada um dos estabelecimentos de ensino. Têm também a colaboração dos Serviços de Educação da Câmara Municipal para garantir e desenvolver as atividades que são levadas a cabo no âmbito da componente à família.

- Fábio Bernardo:

Informou que não vota esta proposta ao abrigo do n.º 60.º do Regimento da Assembleia Municipal e do artigo 44.º do CPA, pelo que se ausentou da sala durante a votação.

Submetida à votação, a proposta de retificação foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

#### **PONTO 5 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS**

Submetida á discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS, CDS-PP) e 1 abstenção (PSD).

#### **PONTO 6 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE APOIO JURÍDICO EM REGIME DE AVENÇA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

Submetida á discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS, CDS-PP) e 1 abstenção (PSD).

#### **PONTO 7 – ANÁLISE E TOMADA DE POSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015**

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Afirmou não perceber de que se queixa a Câmara, dado que, quando a Lei das Finanças Locais é cumprida é porque é e quando não é, é porque não é. Talvez seja sim,

incompetência e incapacidade de fazer e trabalhar e prestar serviços aos munícipes, porque se continua a ter tudo degradado, a ter buracos nas estradas, os jardins mal tratados, etc.

- Fernando Leiria:

Teceu vários comentários, nomeadamente sobre a aprovação do Orçamento de Estado para 2015 apenas com os votos a favor da direita, dizendo que se trata de um saque fiscal gigantesco e uma erosão ao Estado Social. Para além disso, é feito na base de previsões de crescimento que não se vai dar, pelo contrário, assistir-se-á nos próximos tempos a uma crise cíclica nos EUA e à paralisia da economia alemã (já está em deflação e com juros negativos) bem como ao colapso da política de exportações do sul da Europa.

Chamou a atenção para a tentativa por parte do Governo de querer municipalizar o IMI e o Ensino colocando algumas câmaras a servir de cobaia.

Quanto à taxa de desemprego apresentada pelo Governo, entende que é falsa, se se atender à emigração registada, ao número de desempregados que já não tem qualquer rendimento atribuído, entre outros motivos.

A terminar, afirmou que o atual Governo é um grupo e pessoas, disfarçados de Governo do país, a quererem salvar os seus títulos falidos.

#### **PONTO 8 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2016**

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

#### **PONTO 9 – LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2015**

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

#### **PONTO 10 – TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A COBRAR NO ANO DE 2015 / DELIMITAÇÃO DOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, OBJETO DE OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO / FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMI E SITUAÇÕES DE RESPECTIVA MAJORAÇÃO, REDUÇÃO E ISENÇÃO PARA OS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALCOCHETE / FIXAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMT PARA A PRIMEIRA TRANSMISSÃO DE PRÉDIOS RECUPERADOS NOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALCOCHETE**

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Propôs uma votação separada, ou seja, votar na generalidade o imposto para 2015 e noutra, a votação das majorações e isenções, o que não foi aceite.

- Iolanda Nunes:

Pretendeu saber até que ponto os proprietários estão a beneficiar das medidas de redução do IMI para os núcleos antigos do concelho.

O esclarecimento foi prestado pelo Chefe de Divisão DEATEC, arquiteto António Viegas, o qual informou que na vigência da proposta de majoração e de incentivos, no ano transato apenas três proprietários gozaram deste benefício. No presente ano irão beneficiar mais alguns com a proposta objeto de deliberação nesta Assembleia.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

Fernando Leiria fez declaração de voto em nome da CDU.

#### **PONTO 11 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA OS ANOS DE 2015-2018, ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015**

No período de discussão, o presidente da Câmara, de forma sucinta, explicou que o que se pretende com os documentos previsionais nas suas diferentes dimensões, passa por se tentar aumentar a receita e manter uma política de contenção de despesa.

Em termos de investimentos estruturais não estão vertidos na proposta plurianual para 2015, porque o Quadro Comunitário de Apoio não entrou ainda em vigor. O PSF comporta a possibilidade de a Câmara apresentar investimentos estruturais se houver participação de Fundos Comunitários, sendo que a ação mais relevante em termos de investimento previsto para 2015 passa pela construção da embarcação tradicional bote *Leão*, que terá uma participação de apoios comunitários e o remanescente será suportado por uma empresa ao abrigo da Lei do Mecenato.

Ao abrigo da regeneração urbana a Câmara tem objetivos políticos plasmados no Programa de Ação para a Regeneração da Frente Ribeirinha de Alcochete, sendo que alguns foram concretizados, outros não, apesar de não deixarem de ser objetivos políticos da Câmara.

Apesar de sempre se tentar, cada vez mais é difícil reduzir a despesa e fazer investimentos estruturais, contudo, a Câmara não deixa de querer rigor sem perder visão.

Submetidos à votação, foram aprovados por maioria, com 14 votos a favor (CDU), 7 abstenções (PS e CDS-PP) e 1 voto contra (8PSD).

Fernando Leiria fez declaração de voto em nome da CDU.

## **PONTO 12 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 4 LUGARES DE ASSISTENTE OPERACIONAL, NO REGIME DE CONTRATO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO**

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereadora Raquel Prazeres:

Referiu que os constrangimentos ao nível do poder local são asfixiantes pelo que se torna muito difícil manter o serviço público. A Câmara é obrigada a reduzir os seus trabalhadores em 2% e tem cumprido, nunca se despediu ninguém e através das aposentações e falecimentos, há a hipótese de prover os lugares que se reduzem.

- Vereador Jorge Giro:

Em 2014 saíram 13 assistentes operacionais e em 2015 apenas entraram 4.

- Sr. Presidente da Câmara:

Esclareceu que em função da aprovação do Orçamento de estado para 2015, no próximo ano vigorará uma norma que impedirá as Câmaras de recrutarem Recursos Humanos enquanto excederem 35% das receitas correntes com o Pessoal. Ora, para a Câmara de Alcochete isto é um problema gravíssimo, até porque o peso relativo das despesas com Pessoal, depende não só do seu peso absoluto, mas também da sua relação com a execução de receita corrente.

É necessário um serviço público com recursos endógenos, mas em 2015 ainda será mais difícil recrutar novos assistentes operacionais, entre outros.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor (CDU, PS e CDS-PP), 1 abstenção do CDS-PP e 1 voto contra do PSD.

## **PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO**

O presidente da Assembleia Municipal propôs que qualquer proposta remetida pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal e tenha mais de 10 folhas, possa ser enviada por via digital, o que não foi aceite.

Paula Pereira, propôs: os membros que não possuam computadores receberão a documentação em papel; para os restantes será enviado por *e-mail*, sendo que haverá também, em cada sessão, um conjunto de documentação em papel, para cada bancada.

A proposta foi aceite.

- Patrícia Figueira:

Esclareceu a questão da SIA, dizendo que o CDS-PP tem feito reuniões com as coletividades e no seguimento de uma reunião com a coletividade e de um convite que o CDS-PP fez à SIA para poder representar Alcochete nas comemorações do 1.º de Dezembro, tendo-lhes sido dito que esta não tinha condições para se deslocar a Lisboa, nem tão pouco para fazer face às despesas que a deslocação acarretaria.

Também lhes foi transmitido que a SIA já estava à espera quase há um ano que o Presidente da Câmara marcasse uma reunião, mas tal ainda não aconteceu.

Posto isto, ficou decidido que o CDS-PP intervisse junto da Câmara para resolver o problema, não vendo qualquer problema nisto.

Confirmou que a vereadora respondeu através de ofício, mostrando-se disponível para reunir, perguntando sobre o que se queria falar.

Dados os factos, entende que não há promiscuidade nenhuma, apenas tentaram resolver uma situação no mais curto espaço de tempo.

- Fábio Bernardo:

Não entende que o CDS-PP seja o promotor da iniciativa, quando também foi um dos Partidos que acabou com o feriado do 1.º de Dezembro.

- Rui Santa:

Lamenta que se esteja a tentar instrumentalizar o movimento associativo, afirmando também que a subsídio dependência já terminou há muito tempo e que o Movimento Associativo tem que ser autossustentável.

- Presidente da Câmara:

Gostaria de saber em que qualidade é que Patrícia Figueira interveio ao enviar o ofício, dizendo também, que deve existir alguma confusão na senhora deputada.

De facto, é falso o que afirmou porque não há nenhum pedido de reunião por parte da SIA por atender, aproveitando para esclarecer uma vez mais que este tipo de pedidos foram atendidos pela vereadora Raquel, dada a sua indisponibilidade por motivos de agenda.

A Câmara tem um histórico exemplar de relações com as anteriores direções e não será por razões imputáveis à Câmara que estas se irão deteriorar.

- Vereador Jorge Giro:

A título de sugestão (e já que o CDS-PP está numa onda de reuniões com instituições) seria bom que reunissem com o CENSA, no Samouco, cuja tutela é do Ministro da Segurança Social, Mota Soares, que tudo está a fazer para que o CENSA não permaneça aberto.

#### ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:00 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: